

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2009

A/C
Sr. Carlos Minc
Ministro
Ministério do Meio Ambiente

Pela manutenção da Reserva Biológica do Tinguá

O Instituto Terra de Preservação Ambiental é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro, cuja missão é “Garantir que a Sustentabilidade seja construída com democracia participativa, valorização da diversidade cultural e preservação da biodiversidade”.

Há aproximadamente cinco anos o Instituto Terra vem coordenando o Programa do Corredor de Biodiversidade Tinguá - Bocaina com o objetivo de desenvolver medidas de manutenção e restauração de florestas situadas em uma das mais críticas zonas de fragmentação da Mata Atlântica no país. Este Corredor, localizado entre a Reserva Biológica do Tinguá e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, transformou-se nos últimos anos em prioridade para os governos federal e estadual, tendo o então Secretário de Estado do Ambiente e atual Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, atuado como fiel entusiasta da proposta que culminou, em 2008, na criação do Parque Estadual Cunhambebe e no primeiro programa de Pagamento por Serviços Ambientais do Estado do Rio de Janeiro.

Nesta segunda-feira, fomos surpreendidos ao ver estampada na primeira página do O Globo uma matéria sob o título “Um novo Corredor Verde”. Em seu conteúdo conferimos notícias importantes que se configuram como vitórias para a preservação da biodiversidade do Estado. Contudo, vemos com imensa preocupação um dos pontos da matéria: a proposta de recategorização da Reserva Biológica do Tinguá.

No sentido de auxiliar no processo de tomada de decisão deste Ministério, decidimos expor alguns pontos, a saber:

1. A criação da Rebio Tinguá em 1989 foi motivada por estudos que apontavam a inigualável biodiversidade da Serra do Tinguá e, sobretudo, seus elevados índices de endemismos da flora e da fauna. Por reconhecerem sua importância para a manutenção da riqueza biológica da Mata Atlântica e sua representatividade em razão do expressivo gradiente altitudinal - de 100 a 1.600 metros -, pesquisadores e gestores do então IBAMA decidiram por uma categoria de Unidade de Conservação que assegurasse a preservação deste importante patrimônio biológico. Vinte anos após a sua criação, as pesquisas científicas reafirmam a necessidade premente de manter protegida a biodiversidade desta Serra, ainda tão pouco conhecida. Desconhecemos neste período, a realização de quaisquer estudos que pudessem minimamente subsidiar e justificar a necessidade de uma mudança de categoria desta unidade de conservação visando o melhor cumprimento de seus objetivos de criação.
2. A Reserva Biológica do Tinguá é uma das unidades de conservação mais afetadas por empreendimentos de infra-estrutura no país, como por exemplo, as linhas de transmissão de Furnas, três faixas de dutos da Petrobras (uma em construção), aterro sanitário e a proximidade da Refinaria Duque de Caxias que despeja milhares de toneladas de poluentes sobre a Serra todos os anos. Estes fatores associados ao efeito de borda e à crescente urbanização no entorno da UC, resultam em distúrbios ecológicos causando perda da biodiversidade da Rebio, como já registrado, por exemplo, em pesquisa realizada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Desta

maneira, cabe ao órgão gestor da Unidade de Conservação reduzir os vetores de impacto sobre a sua biodiversidade e, conseqüentemente, sobre seus serviços ambientais.

3. Quase 80% do abastecimento público de água da Baixada Fluminense dependem da Reserva Biológica do Tinguá, onde foram instalados diversos pontos de captação. Atualmente a maior diversão da população residente nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são as piscinas de água natural construídas no entorno da Rebio, onde o banho é cobrado por comerciantes. Alguns destes empreendimentos chegam a receber 15.000 pessoas por dia. Com a mudança de categoria da UC indubitavelmente haverá um deslocamento desses banhistas para o interior da UC, o que pode comprometer a qualidade da água utilizada para o abastecimento público.
4. O desenvolvimento de infra-estrutura turística no interior da UC resultará em impactos negativos sobre a economia local, pois irá deslocar os visitantes dos centros de consumo consolidados no entorno, para os centros de visitantes que terão que ser construídos dentro da Rebio.
5. O turismo no entorno da Rebio Tinguá, na porção da Baixada Fluminense, é caracterizado por um elevado número de pessoas, principalmente, nos finais de semana mais quentes. Registros de empreendedores locais apontam para mais de 20 mil pessoas em um único fim de semana! Certamente, estudos minuciosos de capacidade de carga da RB Tinguá para esse tipo de uso, demonstrarão a incompatibilidade de tal uso com a preservação dos recursos.
6. Atualmente existem dezenas de sítios de lazer no entorno da Rebio Tinguá, só na porção da Baixada Fluminense. Nenhum deles foi foco até hoje de nenhuma parceria com o antigo IBAMA e atual ICMBio com o objetivo de estabelecer condutas amigáveis para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária. Desta forma, não consideramos factível a idéia de abrir as portas da UC para a visitação pública se até hoje nada foi feito neste sentido. Se o propósito da mudança da categoria é de “Desenvolver Tinguá” o foco do ICMBio deveria ser em estabelecer cooperação com empreendedores locais no sentido de melhorar suas práticas e torná-las mais sustentáveis, fortalecendo inclusive a própria UC no sentido de cumprir seus objetivos de criação.
7. No que diz respeito à porção voltada para o interior, no município de Miguel Pereira, a mudança de categoria pouco significará para economia local, já que os portões de acesso situam-se em média a 40 quilômetros do centro urbano por estradas de difícil acesso.
8. Destacamos a presença de cinco Áreas de Proteção Ambiental (APA Tinguá, Rio Douro, Xerém, Jaceruba e Rio Santana) que formam a zona de amortecimento da Rebio Tinguá e que se encontram precariamente implementadas, apesar de sua elevada relevância turística. Recomendamos que o ICMBio apóie a implementação destas UCs que podem cumprir o papel de uso público sem gerar impactos sobre a Rebio, além de permitir o desenvolvimento de “negócios verdes” para as economias locais.
9. Atualmente residem no entorno da Reserva Biológica do Tinguá cerca de 2 milhões de pessoas, sendo que a maior parte vive na porção voltada para a baixada fluminense (Duque de Caxias - 842 686, Japeri - 93 197, Miguel Pereira -24 585, Nova Iguaçu - 830 672). Cerca de 80% desta população depende dos serviços ambientais gerados pela Rebio, com destaque para os mananciais. Quaisquer propostas de mudança de categoria desta UC, tendo em vista o Uso Público, deverão considerar os custos ambiental e social decorrentes dos impactos gerados por este uso. Desta maneira, recomendamos que seja feita uma consulta oficial à Companhia de Águas e Esgotos (CEDAE) para que ela se pronuncie sobre esta proposta já que será a maior afetada por estas possíveis mudanças, além de um estudo consistente e tecnicamente qualificado que sirva de base para a tomada de decisão.
10. Ainda nesta linha, enfatizamos que não há nenhum embasamento científico que justifique a necessidade de mudança de categoria com vistas ao cumprimento do objetivo da existência desta UC. Muito pelo contrário, todas as pesquisas existentes

apontam para a necessidade de investimentos maiores em proteção e uso restrito do entorno da Rebio. Portanto, não entendemos a origem desta proposta, para qual recomendamos um profundo debate técnico e científico.

11. Lembramos ainda que a mudança de categoria somente será possível mediante consulta ao Legislativo Federal, o que certamente abrirá espaço para interferências de setores publicamente contrários às Unidades de Conservação. Por isso, consideramos esta proposta um erro técnico que coloca em risco desnecessário a integridade da Rebio, especialmente em tempos de acaloradas discussões sobre a legislação ambiental federal.
12. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, bem como o Plano de Manejo da Reserva Biológica do Tinguá, asseguram o uso da UC para atividades de educação ambiental. No entanto, a gestão da Rebio é nula neste quesito, reforçando nossa preocupação com a mudança de categoria desta UC, com o intuito de aumentar o uso público quando nem mesmo o básico vem sendo feito.
13. O Ministério do Meio Ambiente lançou em 2008 o “Sistema de Projeção de Investimentos Mínimos para a Conservação”. Esta ferramenta permite que possamos projetar os custos de uma determinada Unidade de Conservação ou Sistema. Calibramos esta ferramenta OFICIAL com os dados da Reserva Biológica do Tinguá e chegamos aos seguintes números:

Comparativo de Custos Rebio Tinguá x Parna Tinguá

Itens de Despesa	REBIO	PARNA
Pessoal	17 profissionais, sendo 4 técnicos administrativos e 6 especializados.	47 profissionais, sendo 10 técnicos administrativos e 16 especializados.
Infraestrutura		
Postos de Fiscalização	9 postos	24 postos
Veículos	6 veículos	16 veículos
Despesa Pessoal	R\$ 633.000,00/ano	R\$ 1.688.000,00/ano
Despesas Totais + investimento	R\$ 1.367.000,00	R\$ 3.120.000,00
Custeio	R\$ 289.000,00/ano	R\$ 657.000,00/ano

Fonte: IMC/MMA

Refletindo sobre estes números, chegamos à conclusão de que os custos de implantação/manutenção de um Parque Nacional são 2 vezes maiores do que os de uma Reserva Biológica, considerando **INVESTIMENTOS MÍNIMOS**.

Em 2009 o orçamento da UC não superou os R\$ 170.000,00, sendo que todas as despesas foram pagas diretamente pelo Parque Nacional da Serra do Órgãos e somente miseros R\$ 1.800,00 foram repassados na forma de recursos financeiros para compra de material de consumo ao longo de todo este ano!!! Resumindo, não atingiu nem o mínimo necessário! Para se ter idéia da gravidade da situação, reproduzimos matéria divulgada em 20/10/09 no site do Mosaico Central Fluminense e que retrata a dramática realidade da Reserva Biológica do Tinguá:

“Na Zona de Amortecimento encontramos atividades econômicas diversas. População e uso rural predominam em Jaceruba, Rio do Ouro e Miguel Pereira. Atividades urbanas comerciais, industriais e residenciais caracterizam as regiões de Vila de Cava, Santa Rita e Xerém na Baixada Fluminense e Bingen e Duarte da Silveira em Petrópolis. Grandes instalações estão bem próximas da Unidade de Conservação como um centro de pesquisas da Eletrobrás, gasodutos da Petrobras e depósitos de lixo em Nova Iguaçu e Petrópolis. Entretanto, o maior problema é estrutural, até para iniciar-se a resolução das problemáticas acima descritas. O Conselho Gestor está desativado. As edificações sofrem com o abandono. O centro de pesquisa e o alojamento encontram-se em péssimo estado de conservação. O plano de Manejo de junho de 2006 falta ser aplicado e os limites necessitam de marcação precisa. Áreas próximas de comunidades precisam de limites definidos e

fiscalização. Os fiscais são poucos para uma área tão extensa e muitos estão se aposentando. Além disso, faltam equipamentos básicos como veículos adequados e até GPS. As operações estão desarticuladas e existe a necessidade de se identificar e barrar os pontos de acesso vulneráveis às invasões. Site Mosaico Central Fluminense 20/10/09.

Obs: A UC vem sendo administrada por uma chefe substituta há aproximadamente 30 dias, pois o chefe foi exonerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Terra de Preservação Ambiental reforça a necessidade de realização de estudos técnicos e científicos que baseiem esta proposta de recategorização, e que comprovem que os objetivos que suscitaram a criação de tal unidade serão mais facilmente cumpridos com a sua recategorização, aliado a uma ampla consulta pública nos municípios do entorno da Unidade de Conservação, com o objetivo de envolver a sociedade neste processo de decisão tão importante para a vida milhões de habitantes do Estado do Rio de Janeiro.

Aproveitamos a oportunidade para parabenizar o Ministério do Meio Ambiente pelo anúncio de ampliação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, bem como de nossa querida Reserva Biológica do Tinguá no sentido da formação deste grande Corredor de Biodiversidade.

Colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas sobre os assuntos acima mencionados e renovamos votos de luta por uma sociedade verdadeiramente sustentável.

Cordialmente,

Maurício Ruiz
Secretário Executivo
Instituto Terra de Preservação Ambiental